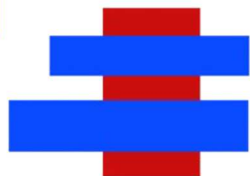


Fernando Peixinho & Associado - SROC, Lda.



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de dezembro de 2025

FUNDAÇÃO CÔA PARQUE

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.^{mo} Conselho de Fundadores

Ex.^{mo} Conselho Diretivo da Fundação Côa Parque

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

O presente relatório é emitido nos termos das funções previstas na alínea f) do n.º 3 do art.º 53.º da Lei n.º 67/2021, de 25 de agosto (Lei Quadro das Fundações) conjugada com a legislação comercial, designadamente o previsto nos artigos 420.º, 420.º-A e 421.º do Código das Sociedades Comerciais, no cumprimento dos deveres de revisão/auditoria às contas da Fundação, o qual inclui o acompanhamento, verificação e fiscalização de atos e contratos relacionados com a atividade financeira da Fundação e, subsidiariamente, tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, consubstanciado na Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 79/2023, de 20 de dezembro.

Âmbito

Procedemos à revisão legal dessa entidade ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas.

Trabalhos Efetuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento dos aspetos essenciais da gestão da entidade, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com a responsável pela contabilidade da Fundação Côa Parque, apesar da muito difícil e intempestiva envio dos documentos solicitados.
- b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela entidade tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos, ainda, a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.

- c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, com as normas constantes no Plano de Contabilidade Pública e demais normas contabilísticas aplicáveis.
- d) Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
- e) Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
- f) Análise do sistema de controlo interno existente na entidade, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, receção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, vendas e prestações de serviços, contas de custos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
- g) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
- Analisámos e realizámos testes às reconciliações bancárias apresentadas pela entidade;
 - Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores, advogados e seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela entidade, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efetuadas no decurso do exercício, confirmação direta da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
 - Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- h) Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- i) Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas, fornecimentos de bens e serviços e à assunção da despesa.

Sistema de controlo interno

Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) As reconciliações bancárias não são elaboradas tempestivamente e existem itens pendentes sem a devida justificação para a sua origem. Todavia, a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP) informou-nos do seguinte *“informo ainda que uma vez que a CG de 2025 foi concluída com movimentos de RB em aberto desde 2018, iremos proceder de forma prioritária à reconciliação dos movimentos em aberto e tal tarefa não será realizada a curto prazo, uma vez que envolve análise de movimentos monetários de 8 anos.”*;
- b) A Entidade tem um modelo de governação assente num Conselho Diretivo, composto por quatro elementos sendo o seu presidente administrador executivo e os outros três membros não executivos. À data da emissão deste relatório o Conselho Diretivo já integra a totalidade dos seus membros, conforme exarado no Despacho 10674/2025, do Gabinete da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, de 10 de setembro de 2025. Tem, ainda, um órgão de fiscalização, preenchido por um Fiscal Único que se trata de uma sociedade de revisores oficiais de contas que, simultaneamente, audita as contas e emite a correspondente certificação legal das contas, o relatório e parecer do fiscal único, o relatório anual das conclusões e recomendações da auditoria e o relatório semestral de evolução económico-financeira.
- c) Tal como já referido no ano anterior, o controlo contabilístico apresenta deficiências nos procedimentos de contabilização em várias rubricas o que nos leva a sugerir que seja feita uma revisão da relevação contabilística, com periodicidade mensal, de modo a evitar erros que possam ter efeitos colaterais, designadamente em matéria tributária, como adiante assinalamos. Tal como já referido, é muito pouco funcional a relação com a ESPAP, não se tendo verificado alterações no *modus operandi* relativamente ao antigo serviço prestado pela PCM (Secretaria Geral), no que se refere à ao processamento e obtenção da informação financeira, e as obrigações de reporte a que a Fundação está obrigada não são cumpridas de acordo com os calendários estipulados, como ocorreu em relação ao envio dos mapas previsionais para o Tribunal de Contas referentes aos períodos anteriores.
- d) Relativamente às operações de especialização de gastos e rendimentos, em relação aos subsídios de investimento, mantêm-se as situações relatadas nos anos anteriores, uma vez que não existem dossiês de suporte aos investimentos realizados com apoio de subsídio, de modo a poder controlar a imputação sistemática dos proveitos originados com os subsídios, em articulação com o plano de amortizações desses ativos.
- e) Os inventários é uma das áreas onde se detetaram fragilidades nos controlos, uma vez que no período de um ano (2022-2023, 2023-2024 e 2024-2025) não houve qualquer variação no valor contabilístico dos

inventários, apesar de ter havido o registo de vendas sem ter havido qualquer registo em compras. Torna-se, por isso, indispensável a implementação de um sistema de controlo dos inventários, assim como das compras e das vendas, para que haja correspondência entre os diferentes fluxos físicos e registrais (contabilidade e gestão orçamental). Mais uma vez se sublinha a necessidade de a Fundação dispor de um *back office* que lhe permita ter atempadamente os registos e o controlo desses factos patrimoniais, o qual, com a inclusão de uma técnica superior apresenta melhorias significativas.

- f) Reiteramos que o controlo do ativo fixo tangível e dos bens de domínio público requer que o cadastro seja atualizado e articulado com os documentos da contabilidade, que permita obter toda a informação pertinente em relação aos elementos que o compõem, quer em relação à sua existência, condições de funcionamento, amortizações/depreciações e a consistência das políticas contabilísticas de reconhecimento e mensuração das suas variações. Tal como referimos em relatórios anteriores, apesar de termos tido conhecimento de um trabalho encomendado e feito pela Deloitte, em 2020, não foram feitos desenvolvimentos para que a informação financeira sobre estes elementos patrimoniais fosse atualizada de forma fidedigna.
- g) Tal como referido nos anos anteriores, existe no património da Fundação uma biblioteca, com um espólio de livros doados que, apesar de estarem catalogados, não estão valorizados. Tal valorização deverá ser feita através da intervenção de um especialista (Curador) face ao facto de tais ativos terem valor e deverem ser adequadamente cadastrados e mensurados.

Definição da Materialidade

A materialidade constitui um elemento estratégico fundamental para o trabalho de auditoria, uma vez que define os erros e omissões toleráveis e que, no juízo profissional do auditor, não afetam com impacto relevante as demonstrações financeiras. Com efeito, o risco de auditoria é o risco de o auditor dar uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras, o qual se consubstancia na não deteção de erros, omissões ou fraudes de impacto material relevante.

O nosso trabalho foi planeado de acordo com as ISA's 320 e 450, com base na avaliação de um risco global de controlo médio/alto, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, ou seja, há áreas com menor risco de controlo do que outras. Tivemos ainda em consideração o conhecimento que possuímos da entidade adquirido em anos anteriores e com especial ênfase para o conflito da guerra entre a Rússia e Ucrânia que impactará outros efeitos nomeadamente o aumento da inflação com igualmente impacto a nível social e económico.

Para efeitos de planeamento do trabalho de auditoria, por exemplo, em relação aos empréstimos obtidos e aos depósitos em bancos, considerámos a totalidade dos empréstimos e das contas de depósitos à ordem, pelo que, a eventual ocorrência de erros e/ou omissões, tem uma materialidade de zero, na medida em que foram verificadas todas as operações.

Assim, tendo por base os valores retirados das Demonstrações Financeiras de 2024, ajustámos a **materialidade global em € 39.351,49** e a **materialidade de execução em € 33.448,77** isto em relação às rubricas de maior expressão (Imobilizado, transferências e subsídios correntes obtidos).

Evolução do Balanço 2024/2025

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024	Desvio
ATIVO			
Ativo não corrente	897 566,37	767 103,01	130 463,36
Ativos fixos tangíveis	689 141,03	758 561,38	- 69 420,35
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	208 425,34	8 541,63	199 883,71
Participações financeiras	-	-	-
Ativo corrente	2 899 371,20	2 203 990,46	695 380,74
Inventários	46 742,58	46 742,58	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			-
Clientes, contribuintes e utentes			-
Estado e outros entes públicos			-
Outras contas a receber	356 411,57	315 082,68	41 328,89
Diferimentos	-	-	-
Caixa e depósitos	2 496 217,05	1 842 165,20	654 051,85
Total Ativo	3 796 937,57	2 971 093,47	825 844,10
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido	3 462 802,54	2 737 855,35	724 947,19
Património/Capital	500 000,00	500 000,00	-
Reservas	-	-	-
Resultados transitados	2 237 855,35	1 745 320,90	492 534,45
Outras variações no património líquido	-	-	-
Resultado líquido do período	724 947,19	492 534,45	232 412,74
Total Património Líquido	3 462 802,54	2 737 855,35	724 947,19
PASSIVO			
Passivo não corrente	-	-	-
Provisões	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Passivo corrente	466 650,45	233 238,12	233 412,33
Fornecedores	436,34	436,34	-
Estado e outros entes públicos	60 122,42	52 732,75	7 389,67
Fornecedores de investimentos			-
Outras contas a pagar	183 370,29	29 673,54	153 696,75
Diferimentos	222 721,40	150 395,49	72 325,91
Total Passivo	466 650,45	233 238,12	233 412,33
Total Património Líquido e Passivo	3 929 452,99	2 971 093,47	958 359,52

Com relação à situação patrimonial/financeira da Fundação assinalamos os seguintes aspetos:

- Há um aumento do património líquido decorrente do resultado líquido apurado ter sido positivo em € 958.359,52;
- Admitimos que o ativo se possa encontrar subvalorizado, dada a invariabilidade dos inventários constantes no balanço de 2024 e 2025.

Notas sobre os trabalhos efetuados e respetivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação ao “Caixa”, o qual apresenta em 31 de dezembro de 2025 um saldo de nulo, dos testes realizados anotamos o seguinte:

No decorrer do exercício de 2054 apenas se verifica um movimento contabilístico reconhecido em 31 de dezembro de 2025. Tendo a entidade diversos pontos de receção de venda, quer de bilhetes, quer de artigos, não é plausível não existir movimentos contabilísticos ao longo do exercício económico.

Face ao exposto acima não estamos habilitados para formar uma opinião sobre a adequabilidade do saldo apresentado na rubrica “11- Caixa”, apesar da sua baixa expressão material.

12/13 – Depósitos em Instituições Financeiras

Relativamente aos “depósitos em instituições financeiras”, cujo saldo apresenta, em 31 de dezembro de 2025, o valor de € 2.496.217,05, pese embora a equipa de auditoria ter solicitado as reconciliações bancárias ao longo do exercício, apenas nos foram facultadas aquando da prestação de contas.

2 – Terceiros (Contas a receber e a pagar)

22 – Fornecedores

Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2025 o saldo de € 436,34. Apesar do saldo não ser materialmente relevante não nos foi possível obter a evidência considerada necessária sobre a sua razoabilidade, valor que advém do exercício anterior.

Chamamos a atenção para a necessidade de os serviços de contabilidade da entidade procederem com carácter trimestral à reconciliação de fornecedores, com o objetivo de identificar e mitigar eventuais erros/faltas de documentos.

24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras da entidade, Caixa Geral de Aposentações, ADSE e a Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações.

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos anotamos as seguintes situações:

- “A rubrica “2421100000 – IRS-A “em 31 de dezembro de 2025 apresenta um saldo credor de € 4.528,00 originando uma diferença, para menos, no valor de € 1.001,00 face ao montante constante na guia de retenção do mês de dezembro.
- “A rubrica “2436000003 – IVA a Pagar “em 31.12.2024 apresenta um saldo credor de € 6.007,37 originando uma diferença, para mais, no montante € 2.721,48, face ao valor constante na declaração de IVA do 4T.
- “A rubrica 2452 - CGA” apresenta em 31 de dezembro de 2025 um saldo nulo. Todavia, verificamos que o pagamento, no montante de € 9.989,05, apenas se verificou em 12 de janeiro de 2026, originando uma subvalorização do passivo nesse montante.
- “A rubrica 2453100000 EOEP-SS” apresenta em 31 de dezembro de 2025 um saldo credor de € 48.066,05. Todavia dos testes de detalhe realizados pela equipa de auditoria as contribuições referentes ao mês de dezembro de 2026, a liquidar em janeiro de 2026, no montante de € 8.660,85. Tal situação origina uma sobrevalorização do passivo no montante de € 39.405,20.

27 - Acréscimos e Diferimentos

273 - Acréscimos de custos

Em 31 de dezembro de 2025 apresenta um saldo de € 132.515,42 relativamente aos encargos com férias (montantes correspondentes ao mês de férias e ao subsídio de férias, acrescidos dos respetivos encargos sociais).

2745 – Proveitos diferidos subsídios para investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 apresenta um saldo de € 84.722,63, sobre o qual, não obstante terem sido desenvolvidos procedimentos alternativos de verificação da adequabilidade do seu reconhecimento como proveito no exercício, de acordo com a especialização do processo de depreciações dos imobilizados adquiridos com esses subsídios a equipa de auditoria de não obteve prova suficiente para formar opinião sobre a razoabilidade dos valores considerados.

2749 – Proveitos diferidos - outros

Em 31 de dezembro de 2025 apresenta um saldo credor de € 1.395,70 sobre o qual, pese embora tenham sido desenvolvidos procedimentos alternativos de verificação da adequabilidade do seu reconhecimento, não nos foi possível obter a evidência considera necessária ao nível da asserção existência.

3 – Existências

Esta rubrica apresenta em 31 de dezembro de 2025 o valor de € 46.742,58. Dos testes alternativos e de detalhe realizados pela equipa de auditoria anotamos os seguintes aspetos:

- O saldo apresentado no balanço de 2025 é o mesmo apresentado em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024;
- No decorrer do exercício de 2025 não se verificaram registos contabilísticos nas rubricas de compras;
- Dos testes realizados verificamos a venda de produtos adquiridos à consignação sem que estejam reconhecidos contabilisticamente na rubrica de compras.
- Da correlação entre o inventário que nos foi reportado e o saldo apresentado no balanço apuramos um desvio, para mais, de € 27.485,49.

Face ao acima descrito a equipa de auditoria não se encontra habilitada para considerar como verificada a asserção mensuração.

4 – Imobilizado

42- Imobilizado Corpóreo

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2025 apresenta um saldo líquido de € 457.601,21. Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção da mensuração.

43- Imobilizado Incorpóreo

Em relação ao imobilizado incorpóreo no decurso do exercício de 2025 verificámos todas as aquisições, através do documento de suporte, não tendo sido detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção da mensuração.

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2025 apresenta um saldo líquido de € 208.425,34.

45 – Bens de Domínio Público

Relativamente ao Bens de Domínio público, não se verificaram registos no decurso do exercício de 2025, apresentando um saldo de € 231.539,82. Não obstante, chamamos atenção para o facto desta rubrica apresentar o mesmo saldo de 2022, ou seja, não foram reconhecidas as amortizações por se tratar de bens de património histórico e artístico e cultural, ou seja, não são objeto de depreciação.

Amortizações

Procedemos à realização do teste às depreciações do exercício realizando a correlação entre a aplicação de contabilidade e a aplicação de gestão do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de depreciação e, consequentemente, às depreciações do período não verificamos qualquer distorção.

5 – Fundos Próprios

Nas rubricas de Fundos Próprios não se verificaram registos contabilísticos no decorrer de 2025. No que respeita à conta “59 – Resultados Transitados”, verificámos a aplicação de resultados de 2024 no montante de € 492.534,45.

6 / 7 – Custos e Proveitos

1. Conteúdo

Rubrica	31-12-2025	31-12-2024	Desvio %	Desvio €
Vendas	66 209,76	68 381,77	-3%	2 172,01
Prestações de serviços e concessões	339 583,16	334 236,68	2%	5 346,48
Proveitos Suplementares	1 335 148,84	968 752,35	38%	366 396,49
Transferências e subsídios correntes obtidos	236 740,58	596 204,10	-60%	359 463,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	449 748,92	621 987,13	-28%	172 238,21
Gastos com pessoal	897 957,77	713 750,92	26%	184 206,85
Transferências e subsídios concedidos	827,38	4 168,47	-80%	3 341,09
Outros rendimentos	216 348,15	25 191,50	759%	191 156,65
Outros gastos	4 642,85	53 915,95	-91%	49 273,10
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	840 853,57	598 943,93	40%	241 909,64
Gastos/reversões de depreciação e amortização	109 103,16	106 409,48	3%	2 693,68
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	731 750,41	492 534,45	49%	239 215,96
Juros e gastos similares suportados	6 803,22	-	0%	6 803,22
Resultado antes de impostos	724 947,19	492 534,45	47%	232 412,74
Resultado líquido do período	724 947,19	492 534,45	47%	232 412,74

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte (amostra seletiva) e a recolha de amostras aleatórias sobre os restantes registos, de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

3. Situações Detetadas

Dos testes realizados às diferentes rubricas de gastos do exercício de 2025 não foram detetados erros ou distorções que possam influenciar, de forma materialmente relevante, as demonstrações financeiras. Em resultado dos testes realizados entendemos nada haver a relatar permitindo-nos aferir sobre as asserções existência e mensuração. Em termos globais, a rubrica de custos registou uma diminuição, face ao período

homólogo de 2024, no montante de € 31.148,65, ou seja, 2 %. Sendo que € 172.238,21 dizem respeito a diminuição registada na rubrica “62 – Fornecimentos e serviços externos”, no entanto a rubrica “63 – Gastos com o Pessoal” registou um aumento de € 184.206,85.

Relativamente às rubricas de proveitos, dos testes realizados não foram detetados erros ou distorções que possam influenciar, de forma materialmente relevante, as demonstrações financeiras. Em termos globais a rubrica de proveitos registou um acréscimo, face ao período transato, no montante de € 201.264,09, devendo-se essencialmente ao decréscimo de Proveitos Suplementares.

Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de dezembro de 2025 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

- Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução global da receita foi de 81,69%; e
- Em relação ao controlo orçamental da despesa verifica-se que a execução global da despesa ficou aquém do orçamentado, com uma execução de, apenas, 65,92%.

E-Fatura vs. SNC-AP

24 - Estado

(valores em Euros)

243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Teste a correlação entre dados comunicados via Efatura vs Declarações periódicas de IVA

Dados Efatura			Declaração Periódica de IVA				Desvio	
Período	Valor do IVA	Valor Total		Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	881,00	13 345,42	1º Trimestre	3 180,35	71 901,85	75 082,20	-	-
Fevereiro	1 135,12	22 899,08						
Março	1 164,23	38 837,70						
Abril	1 439,46	66 246,29	2º Trimestre	4 054,56	155 377,76	159 432,32	6,79	463,75
Maio	1 507,84	49 044,19						
Junho	1 100,47	43 678,09						
Julho	1 028,89	40 187,98	3º Trimestre	4 384,02	149 770,10	154 154,12	22,42	850,61
Agosto	1 318,78	56 607,22						
Setembro	2 013,93	56 508,31						
Outubro	1 629,54	55 138,09	4º Trimestre	4 049,80	113 575,37	117 625,17	0,68	12,35
Novembro	1 382,93	45 228,82						
Dezembro	1 036,65	17 245,91						
	15 638,84	504 967,10		15 668,73	490 625,08	506 293,81	29,89	1 326,71

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributaria verificámos as diferenças acima identificadas. Não obstante, tanto em termos de IVA liquidado montantes faturados, as diferenças serem de reduzido valor.

Outras matérias relevantes

Das verificações realizadas pela equipa de auditoria apuramos o valor de € 1.128.862,23 de contribuições auferidas no âmbito da Autorização de Residência para Investimento (ARI) no Setor Cultural que se encontram por transitar por falta de execução dos investimentos propostos. Tal circunstância conduziu à

cativação desse valor, não obstante o Conselho Diretivo da Fundação do Côa ter solicitado a transição deste saldo para o exercício de 2025, de modo a ter capacidade para executar as despesas de investimento decorrentes dos contratos (ARI's) assinados.

Análise económico-financeira

No quadro referente à variação dos custos e dos proveitos no período de 2024/2025, são de referir os seguintes aspetos:

- Em relação ao exercício de 2024 a entidade registou um aumento de € 201.264,09 no total dos proveitos, essencialmente decorrente no aumento da rubrica de “Proveitos Suplementares”;
- Relativamente aos gastos verifica-se um decréscimo global de € 31.148,65, ou seja, verifica-se uma evolução favorável da conta de exploração, corroborado pelo resultado líquido de € 724.947,19, nos quais os F.S.E tiveram um decréscimo de € 172.238,21 e os gastos com o pessoal um aumento de € 184.206,85;
- É, ainda, de relevar o facto da rubrica de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas se encontrar por calcular originando uma sobrevalorização dos resultados. Todavia, à equipa de auditoria não foi possível estimar o referido efeito pelo facto de não se encontrarem reconhecidas contabilisticamente as compras de inventários.

Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado, não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, salvo os aspetos já referidos em relação às leis aplicáveis.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pela entidade, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o presente Relatório, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Fundação do Côa.

Bragança, 14 de julho de 2026



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047 Inscrito na C.M.V.M. com o n.º 2016-0660)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & Associado, SROC, Lda. inscrita na C.M.V.M. com o n.º 2016-1419